

AJUSTE

Governadores aliados reagem bem a medidas

Programa recebe elogios, mas Estados que já fizeram 'dever de casa' defendem justa distribuição de sacrifícios

Governadores dos partidos aliados ao presidente Fernando Henrique Cardoso reagiram de forma positiva às medidas de ajuste fiscal anunciadas ontem. Apesar de endossar a tese de que serão necessários sacrifícios dos Estados, especialmente os reeleitos reforçaram a posição de que já estão com "a casa em ordem" e a administração enxuta.

"para que Estados e regiões mais pobres tenham tratamento diferente das áreas mais desenvolvidas".

Ele defendeu reformas administrativas nos Estados que gastam mais de 60% da receita com pessoal e frisou que os governadores que não promoverem cortes nos

gastos correrão o risco de tornar suas administrações inviáveis.

O governador eleito de Santa Catarina, Esperidião Amin (PPB), considerou "transparente e equânime" o programa de ajuste, mas lamentou, em Florianópolis, que o governo só tome medidas para con-

trolar gastos pressionado por especuladores externos. E citou um provérbio: "A dor ensina a gemer."

Amin disse que, por ser um ajuste que exige sacrifícios de todos, também vai tomar medidas talvez "dolorosas, mas necessárias". Referia-se, em especial, à questão do

funcionalismo, cuja folha atinge 65% da receita – acima do previsto na Lei Camata. Nesse caso, será preciso acionar "um freio de arrumação", atingindo basicamente os servidores em cargos em comissão.

Em Curitiba, o governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), reelei-

to, disse que as medidas são "adequadas e atendem à urgência" do momento. "Eram inadiáveis." Ele acha que serão necessários "sacrifícios grandes por um ano", mas garantiu que "o Paraná será parceiro do governo federal no esforço para a aprovação dessas medidas".

O governador reeleito do Ceará,



Tasso Jereissati (PSDB), garantiu, em *Fortaleza*, estar disposto a colaborar com o governo federal “no que for pos-

sível, para que o País recupere sua economia diante da crise mundial”. Tasso, porém, viajaria ainda ontem a Brasília para conhecer “todos os detalhes do plano”, especialmente as repercussões sobre os Estados que “vêm fazendo corretamente o dever de casa”.

“Estamos com nossas contas em dia e nossos compromissos com a folha estão rigorosamente dentro dos limites estabelecidos pela Lei Camata”, ressaltou. “Em Brasília, vamos discutir com as autoridades econômicas os critérios que serão considerados deficitários ou não para enquadrar a administração estadual.” Ele defendeu a realização de sacrifícios, independentemente de questões partidárias: “Não podemos admitir que problemas pessoais possam interferir em relação a problemas institucionais.”

Equilíbrio – O governador reeleito do Pará, Almir Gabriel (PSDB), defendeu o apoio às medidas e contou esperar do Congresso uma “atitude patriótica”. Em *Belém*, ele ressaltou que o Estado está preparado para enfrentar o ajuste sem comprometer as perspectivas de desenvolvimento. “O Pará hoje é uma casa arrumada e ajustada”, disse, garantindo que receitas e despesas estão em “perfeito equilíbrio”.

Gabriel avaliou que o Pará, ao contrário dos Estados que têm crescimento econômico baseado na indústria, não sofrerá o mesmo impacto com as medidas de ajuste. Segundo ele, suas opções de crescimento estão nas áreas de turismo, agroindústria, construção civil e crédito produtivo, onde quer criar 400 mil empregos. O tucano disse que os investimentos privados do Pará também fazem parte de seu programa de desenvolvimento.

Sobre a possibilidade de cortar despesas e demitir servidores, contudo, foi taxativo: “O cinto não precisa ser mais apertado do que já foi, porque fizemos isso nos quatro anos de meu governo”, afirmou. “O Estado hoje tem poupança e está equilibrado em termos da Lei Camata e da Constituição.”

As medidas de ajuste fiscal também receberam o apoio, no *Recife*, do governador eleito de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB). Segundo ele, as soluções anunciadas representam novos sacrifícios para a população, especialmente para os servidores públicos, mas são necessárias para garantir a estabilização da economia e o Real.

Contrário à criação de impostos, ele achou o aumento da CPMF a medida “mais adequada e menos danosa”. Sugeriu, porém, que seja estudada uma forma de os contribuintes deduzirem pelo menos uma parte no Imposto de Renda.

Jarbas concorda com a redução de 20% nas despesas de custeio e investimentos da União, mas espera que os cortes não sejam lineares,